

Porém, a dívida, hoje, tinha um teto de pagamento da receita corrente líquida real de 13 por cento. Você deve para o agiota um milhão, mas você pode pagar, no mês, um teto de cem reais. Você sobrevive. A dívida cresce, mas você sobrevive. Temos um teto aqui em São Paulo. O teto está desaparecendo. E aqui é uma questão importante para o governador, porque, na medida em que a dívida pública vai crescendo (porque o indexador de quatro por cento vai pressionar) ele vai sentir a necessidade de cumprir ainda mais as outras áreas do estado de São Paulo.

Portanto, no longo prazo, essa renegociação foi danosa ao estado de São Paulo. No curto prazo, deu uma folga, só que vai arrebentar com os serviços públicos e com os nossos servidores, que já conhecem o ajuste fiscal há três anos. Então, da bancada do PSOL, quero deixar aqui registrado: vamos votar contra o PL nº 920 porque ele é contra o interesse do estado de São Paulo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Acho inconcebível a argumentação - com todo o respeito - do secretário da Fazenda, os números que ele apresentou. Até porque, nós sabemos que esse PL nº 920 faz parte do ajuste fiscal que está em curso hoje no Brasil, para transferir recursos públicos para o pagamento de juros da dívida pública brasileira.

Nós queremos auditoria da dívida pública do governo federal e também a nossa, estadual, porque é um absurdo! Não há transparência em relação a essa dívida, não só a dívida pública, mas também em relação à dívida ativa do estado de São Paulo. É inconcebível, temos os números aqui, por exemplo, da dívida ativa do estado de São Paulo, que é superior a 340 bilhões de reais.

Tivemos recentemente uma audiência pública aqui na Alesp, inclusive com o Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo - estão presentes aqui o procurador Derji, a procuradora Márcia - e debatemos essa questão da dívida, que é uma dívida monstruosa, bilionária, que não é cobrada pelo estado de São Paulo.

Temos aqui os números das empresas, por exemplo, do ramo frigorífico. Esses são os dados do governo. Recebemos a lista dos 100 maiores devedores da dívida ativa do Estado, das grandes empresas, que é uma dívida de 78 bilhões. A Sadia deve 1 bilhão e 500 milhões de reais, a Distribuidora de Carnes São Paulo deve 1 bilhão e 200 milhões, Grandes Lagos deve 620 milhões, e assim por diante.

A Ambev deve milhões para o estado de São Paulo, as grandes avícolas e empresas do agronegócio, e é um absurdo que essa dívida não seja cobrada. Além disso, essas empresas que estou citando têm os benefícios fiscais do ICMS, elas têm isenções fiscais. É um absurdo isso! E são financiadores de campanhas eleitorais, de deputados estaduais, federais e do próprio governador Geraldo Alckmin.

Queremos debater a dívida ativa do Estado e a política de desoneração, que o próprio Tribunal de Contas do Estado questionou agora, quando analisou as contas de 2016 do governador Alckmin. Aprovei, logicamente, porque o Tribunal de Contas é um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, como é também a Assembleia Legislativa. Todos sabem disso.

Aprovou as contas, mas fez ressalvas, e uma das ressalvas foi, justamente, a de que o Estado dá muita desoneração. E a desoneração não tem transparência, é obscura, e que o Estado não ganha nada com isso. A população não ganha com a desoneração, quem ganha é o setor empresarial. Esse é o debate que vem na frente de qualquer outro tipo de ajuste fiscal do estado de São Paulo.

Além disso, todos sabem - os servidores, as servidoras e os deputados - que há muitos anos os salários dos servidores são arrocados e defasados. O governo estadual, por exemplo, em 2015 publicou o Decreto nº 61.132, congelando os salários, dificultando os reajustes salariais e a reposição das perdas inflacionárias.

Como foi dito aqui, o governo estadual não respeita a data-base salarial dos servidores. Há muitos anos que ele afronta a legislação. E tem mais: o governo não atingiu... E isso quero fazer o debate e quero que o secretário explique, porque temos dados oficiais dos últimos meses, dando conta de que o governo não chegou nem no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela tem três limites, a Lei de Responsabilidade Fiscal, tão defendida pelo governo e que nós questionamos. A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei dos banqueiros, dos rentistas e dos especuladores da dívida pública, mas o estado de São Paulo nunca chegou ao limite de alerta. Há um limite de alerta, um limite prudencial e um limite máximo, mas não chega nem ao limite de alerta. Nunca houve investimento nos servidores no estado de São Paulo, essa é a grande verdade. O que existe é uma política de ódio do governo do PSDB contra os servidores públicos.

Para finalizar, eu concordo com 90% do que disse o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, mas eu não concordo com uma questão que ele levantou e que é chave. Todos acharam estranho o deputado Barros Munhoz contra o projeto do governo, criticando o governo, e no final ele disse: "Nós vamos debater exaustivamente até chegar a algum acordo".

Nós não vamos aceitar a aprovação desse projeto, até porque, mesmo que ele não atinja os servidores públicos - o que eu duvido -, nós não vamos um assinar um cheque em branco para o governador Alckmin, para o PSDB. Nós não acreditamos nisto, mas, mesmo que haja essa garantia em uma nova redação, nós temos que entender que o que vale é o projeto federal, a lei federal.

Mesmo que os servidores sejam blindados com essa suposta nova redação, nós temos que entender que haverá o congelamento do investimento nas áreas sociais. Não haverá mais investimento em Saúde Pública e Educação Pública, não haverá mais construção de novas escolas, novos hospitais, e toda a população será penalizada. Então nós não aceitamos o Projeto nº 920, mesmo que ele faça essas ressalvas aos servidores. Nós queremos a retirada imediata do PL nº 920.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes, em primeiro lugar quero agradecer e parabenizar a todos pelo que nós ouvimos já aqui. Quero agradecer também a presença do secretário da Fazenda, Hélio Tokeshi. O senhor viu que é bem clara a postura de todos os funcionários, de todas as associações e de todos os deputados que falaram até agora. O projeto realmente não tem condições de prosperar do jeito que está.

Eu sou funcionário público desde os 17 anos de idade. Sou filho de funcionário público, pai de funcionário público, e, ao longo desses mais de 20 anos, o funcionário público não teve nenhuma vantagem neste governo. Aliás, só perdemos vantagens. São mais de três anos sem reajuste, não é nem aumento. Não há condições de esse projeto passar da maneira que está, Sr. Secretário.

Só para constar, nós fizemos uma reunião na semana passada na nossa bancada do PSDB, e esse assunto foi levado junto ao secretário-adjunto da Fazenda, o Sr. Ceron. Já foi dito para ele não só que o projeto era totalmente maligno como que nós queríamos a retirada de projeto. Não há condições de esse projeto prosperar, Sr. Secretário.

Nós queremos a retirada do projeto e queremos, sim, a garantia de todos os direitos e vantagens dos funcionários. Não há condição nenhuma de esse projeto passar dessa maneira. Tenha certeza de que, apesar de eu ainda estar na bancada do PSDB, eu votarei contra e trabalharei contra esse projeto e conversarei com os demais deputados.

Digo aos senhores e senhoras que os 94 deputados desta Casa, sendo funcionários públicos ou não, têm um pezinho do funcionalismo. Então aquele deputado que for contra os funcionários públicos está sendo contra seu próprio mandato. Portanto, senhores e senhoras, funcionários públicos, tenham a certeza de que nós trabalharemos a favor de todos pela retirada do projeto e pela garantia de todos os direitos.

Quero agradecer ao Sr. Presidente também, porque de imediato ele atendeu o nosso pedido para essa audiência pública. Mais uma vez quero agradecer ao secretário pela presença, pois sabemos da dificuldade, mas o senhor está ouvindo a realidade das coisas. Não foi dourada a pilula, foi falada a verdade. Não dá mais para continuar desse jeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que está presente conosco na Assembleia Legislativa, eu quero dizer que, depois que eu vi o líder do Governo falar, quase que eu retirei minha inscrição, para não falar. Mas eu estou mantendo a minha palavra porque discordo de alguns encaminhamentos que ele colocou aqui. Ele está propondo um congelamento do projeto de lei por um mês, e nós estamos propondo a retirada definitivamente desse projeto.

Outra questão que está colocada, Sr. Secretário, não é só a retirada do projeto. Nós temos que negociar o que esse governo deve para o funcionalismo público no estado de São Paulo. Quantos anos não se tem aumento real? É isso que nós queremos aproveitar agora para discutir e não só retirar o projeto. Pela primeira vez o funcionalismo público está unido e nós vamos ver isso na Av. Paulista amanhã.

\*\*\*  
- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.  
\*\*\*

Queremos aproveitar esse momento para arrancar aumento do governo, deputado Barros Munhoz. É para isso que serviu esse projeto de lei e é isso que nós queremos garantir; a bancada do Partido dos Trabalhadores, meu líder vai falar daqui a pouco. Nós não queremos só a retirada desse projeto de lei, mas queremos a negociação para recuperar a perda do funcionalismo de tantos e tantos anos. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, quem enviou o projeto a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O governador Geraldo Alckmin.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero cumprimentar a todos os servidores presentes pela luta, que tem que se dizer claramente, pela resistência contra o governador. Ele não está só congelando os gastos com essa burrice do governador. E temos que dizer que não foi o secretário que enviou o projeto a esta Casa. Quem enviou o projeto foi o governador. Portanto, se tem alguém burro, como disse o líder do Governo, não é o secretário, com todo o respeito. O líder disse o seguinte: "Normalmente se esconde dizendo que não é burro; eu nunca vi burro dizer que é burro".

Então, vamos ver se o líder continua ou não no Governo, porque, por essas palavras, ele chamou claramente o governador de burro.

Senhoras, senhores, colegas e secretário, o governador não está congelando os gastos por dois anos, no caso do servidor público, ele não está só dizendo que nos próximos dois anos os senhores e as senhoras não terão reajuste, não terão reposição, ele está matando até a esperança. Se há anos não tem qualquer tipo de reposição efetiva, com a lei ele está dizendo: "Esqueçam, nem sonhem pelo próximo período". É isso que o governador Geraldo Alckmin está dizendo para todos os servidores. Mas com isso ele está punindo também a população. E qual população? A que usa o serviço público na ponta. No mesmo modelo do governo Temer que ele apoia, que ele dá sustentação, que ele diz que tem que continuar, ele quer fazer no estado de São Paulo.

O governador que manda para cá essa burrice, como disse o líder do Governo, ele diz que com o Estado está tudo bem, que as finanças estão boas, que as finanças estão ótimas. Será? Todo mundo que vai repactuar uma dívida no banco, qualquer credor, faz isso para poder resolver a sua situação, porque não está conseguindo pagar. Agora o governo diz que está tudo bem, diz que vai ter uma economia de 15 bilhões. Mas em cima de quem? Em cima do servidor público, em cima da população, em cima dos serviços públicos que já estão sucateados. O que o governador está dizendo com isso? Que o estado de São Paulo está falido, que a competência que dizem que tem não é real, não é verdadeira. Isso nós temos que dizer também, temos que apontar o dedo, porque ele diz que não é igual ao Rio de Janeiro, que não é igual ao Rio Grande do Sul, ele diz que aqui está tudo às mil maravilhas. Será que está?

Quem acompanha, sabe do dia a dia do serviço público, dos investimentos, do custeio, da garantia dos recursos para a manutenção de qualquer serviço sabe muito bem que não é essa a realidade. Há problemas na área da mobilidade, nas universidades, nas áreas de Segurança, Educação e Saúde. Há problema em qual quer área; essa é a realidade do estado de São Paulo.

Secretário, eu, líder do PT, tenho que concordar com o líder do Governo, que disse não ver razão para o envio do projeto para cá. Se o discurso é do mundo da fantasia, para que enviar para cá essa proposta? É contraditório aquilo que o governo está dizendo com aquilo que, de fato, está fazendo nesse caso. Pactuou um compromisso, mas não sabemos para onde vai essa sobra, essa economia, dos 15 bilhões, já que está dizendo textualmente, com a lei. Se, com a lei atual, do jeito como está, não há qualquer tipo de expectativa, como haveria com essa lei aprovada, secretário? Acho que essa é uma resposta que todo mundo deveria receber.

Mas, como já foi dito por outros, o objetivo de toda essa luta não é alterar o projeto, mas sua retirada, porque não tem sentido qualquer deputado, aqui, votar uma burrice como essa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos, tem a palavra o secretário Hélio Tokeshi.

O SR. HÉLIO TOKESHI - Sr. Presidente, obrigado. Eu gostaria de agradecer a todos que falaram. Prestamos atenção. Estou com a assessoria, e nós colhemos todos os comentários e sugestões. Nossa presença aqui é a demonstração concreta da vontade de dialogar, ouvir, conversar. Quero aproveitar para fazer um agradecimento sincero a todos os servidores públicos do Estado, que estão fazendo esse sacrifício, que é importante reconhecer.

Não é fácil ficar sem reajuste, pelo contrário, é muito difícil. Mas os servidores do estado de São Paulo, no seu melhor espírito público, estão fazendo esforço e sacrifício, trabalhando para contribuir e manter os serviços públicos. Isso precisa ser reconhecido. (Manifestação nas galerias.) Estou, aqui, publicamente reconhecendo e agradecendo esse esforço que é feito pelo nosso funcionalismo.

Mas gostaria, também, de deixar muito claro que não acho correto falar em desgoverno, em desarranjo. (Manifestação nas galerias.) Os salários estão sendo todos pagos em dia. Neste estado, não há parcelamento nem atraso de salários; e não há parcelamento de décimo terceiro. Estamos pagando como sempre pagamos: metade do décimo terceiro no mês do aniversário do nosso servidor. (Manifestação nas galerias.) Não há nenhuma situação de descontrole, pelo contrário.

Não é fácil. Houve sacrifício de todos. Essa é uma situação que escapa à vontade de cada um de nós individualmente, mas podemos ter, todos juntos, orgulho de estarmos trabalhando para manter os serviços do Estado em boas condições. Sr. Presidente, muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Solicito um minuto de atenção, por gentileza. Quero agradecer a presença de todas as associações, de todos os senhores e senhoras, de todos os deputados que estiveram conosco nesta audiência pública.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente audiência, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a audiência pública.  
\*\*\*  
- Encerra-se a sessão às 17 horas e 05 minutos.  
\*\*\*

## 26 DE OUTUBRO DE 2017 49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidente: ANALICE FERNANDES**

### RESUMO

#### ORDEM DO DIA

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado o PL 683/15. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 987/17.

2 - WELLINGTON MOURA

Encaminha a votação do PL 987/17, em nome do PRB.

3 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Parabeniza o deputado Barros Munhoz pelo seu aniversário, comemorado nesta data. Anuncia a presença de autoridades das cidades Tambaú e Altinópolis, presentes nas galerias.

4 - JOÃO CARAMÉZ

Encaminha a votação do PL 987/17, em nome da liderança do Governo.

5 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Anuncia a presença de autoridades dos municípios Tabatinga, São Simão, e Campina do Monte Alegre.

6 - WELLINGTON MOURA

Para reclamação, registra que apresentara Questão de Ordem, à Presidência Efetiva, no dia 16/08, referente a questões orçamentárias, e ainda não obtivera resposta.

7 - CELINO CARDOSO

Encaminha a votação do PL 987/17, em nome do PSDB.

8 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Anuncia a presença de autoridades da cidade Santa Branca, além de comitiva do Contur, e de autoridades dos municípios Novo Horizonte e Santo Expedito.

9 - EDMIR CHEDID

Encaminha a votação do PL 987/17, em nome do DEM.

10 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Coloca em votação e declara aprovado o PL 987/17.

11 - ED THOMAS

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do projeto. Sauda autoridades dos municípios Santo Expedito, Rancharia e Rosana. Tece considerações a respeito da relevância do turismo. Parabeniza o vice-governador Márcio França pelo empenho na causa.

12 - SEBASTIÃO SANTOS

Para comunicação, comemora a aprovação do projeto, a beneficiar os municípios contemplados, com cerca de 15 milhões de reais. Lista os 31 municípios agraciados como de interesse turístico.

13 - EDSON GIRIBONI

Para comunicação, cumprimento seus pares pela aprovação do PL 987/17. Discorre acerca da seriedade de políticos envolvidos na melhoria da vida de cidadãos.

14 - CELSO NASCIMENTO

Para comunicação, saúda autoridades dos municípios Limeira e Araras. Aduz que Limeira é destaque na produção e exportação de joias. Faz referência à festa da comunidade alemã, na citada cidade.

15 - DAVI ZAIA

Para comunicação, saúda os presentes. Manifesta contentamento pela aprovação do projeto em tela. Discorre sobre a geração de empregos relacionada ao turismo.

16 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Manifesta contentamento com a aprovação do PL 987/17.

17 - ITAMAR BORGES

Para comunicação, lembra que fora prefeito de Santa Fé do Sul. Discorre acerca do trâmite do projeto aprovado nesta sessão. Enaltece a importância desta Casa Legislativa. Parabeniza as cidades envolvidas na presente conquista.

18 - MARCOS DAMASIO

Para comunicação, mostra-se honrado por participar da aprovação do PL 987/17. Comenta qualidades turísticas de Mogi das Cruzes, a qual parabeniza.

19 - ANDRÉ DO PRADO

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PL 987/17. Valoriza o empenho de seus pares, na causa. Acrescenta que outras cidades devem ser agraciadas como de interesse turístico. Argumenta a respeito da geração de emprego e de renda, principalmente em cidades de menor porte. Parabeniza autoridades do município Santa Branca.  
20 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES  
Parabeniza as cidades contempladas com a aprovação do PL 987/17. Encerra a sessão.  
\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.  
\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.  
\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Há sobre a Mesa Requerimento de Preferência ao Projeto de lei nº 987, de 2017, de autoria coletiva, que classifica como de interesse turístico os municípios que especifica.

Em discussão o Projeto de lei nº 987, de 2017. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sra. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PRB.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Para encaminhar a votação pelo PRB, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, nós recebemos a lei orçamentária que vai, nesse mês de novembro, que é o próximo mês, fazer com que todos os deputados desta Casa venham votar sobre o Orçamento de 2018.

Uma coisa que me deixou muito triste foi a forma que veio o orçamento em relação à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, secretaria que traz inclusão social, traz saúde, e deveria ser uma secretaria na qual deveria haver um investimento muito melhor e participativo do Poder Executivo, junto com o Poder Legislativo.

O que nós notamos? O orçamento passado da Secretaria foi de 197 milhões. Quase metade do orçamento vai para pagamento de funcionários. O que vemos para uma Secretaria que tem um papel muito importante? Um orçamento ainda menor. Cai ainda mais o investimento no Esporte: 169 milhões.

Senhores deputados, o que podemos dizer aos prefeitos presentes, cujas cidades serão beneficiadas com o MIT, sobre o investimento que estamos destinando ao Esporte se a Secretaria está vendo cair seu orçamento? Sabemos o que o Esporte tem feito na vida de milhares de pessoas, mas falta investimento. Isso está comprovado no Orçamento de 2018.

Temos de tomar uma atitude mais severa em relação a essa situação. Temos de fazer uma mudança para este Orçamento muito drástica, principalmente no Esporte, na Saúde, na Educação.

Lembro que na Comissão de Finanças e Orçamento o deputado Edmir Chedid apresentou uma proposta muito boa: sub-relatorias para o Orçamento de 2018. Que o deputado pudesse trabalhar em cima de cada Secretaria e pudesse, vamos dizer assim, gerenciar esse Orçamento de 2018. Mas, infelizmente, nem receberam ainda o requerimento de V. Exa., que tem o meu apoio.

Que possamos fazer sub-relatorias também - foi o que havíamos conversado quando assumimos a liderança - em cima de todas as audiências públicas que realizamos para este Orçamento. Foram 25 audiências públicas. Sabem o que está acontecendo? Simplesmente estão sendo desprezadas pela Comissão de Finanças e Orçamento. Seria importante o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, aqui presente, atentar para isso porque nós fizemos audiências públicas para ouvir os prefeitos, para ouvir os secretários, para ouvir a população. Pergunto: que benefício podemos tirar de todo o trabalho realizado nestas 25 audiências? Até o momento nenhum, porque o presidente não apresentou relator para as audiências públicas. E nós, que fazemos parte da Comissão de Finanças, ficamos de mãos atadas porque precisamos que o presidente nomeie um relator para que possamos apresentar as emendas. O deputado Ed Thomas fez uma excelente audiência pública em Presidente Prudente. Nós não podemos desprezar todo esse trabalho que foi feito. Nós não podemos aceitar essa situação. Não é justo não sermos ouvidos, nem atendidos na Comissão de Finanças em relação a apresentar sub-relatorias dessas audiências públicas para o Orçamento; para que tudo o que foi feito nessas audiências não seja simplesmente jogado no lixo. Peço realmente o apoio de todos os deputados, do presidente desta Casa, o deputado Cauê Macris, para que realmente possamos fazer desse Orçamento uma melhoria para o nosso estado de São Paulo.

Hoje, ouvimos aqui o secretário, que trouxe explicações na audiência pública em cima desse PL 920/2017. Digo para vocês que a explicação que o secretário deu, infelizmente, não convenceu a nenhum deputado nesta Casa, nem mesmo ao próprio líder do Governo.

Sabe por quê? Porque não tem coerência congelarmos o salário dos servidores. Não tem coerência aprovarmos um projeto como esse, o PL 920/2017. Não sei por qual motivo o secretário propôs esse PL, mas motivos bons não conseguimos enxergar, motivos bons não conseguimos ver nesse projeto. A única coisa que vemos nesse projeto é um projeto negativo que faz a todos os servidores públicos do estado de São Paulo e não podemos admitir que esse PL possa ser tramitado aqui na Casa.

Ainda bem, graças a Deus que o líder do Governo com muita sabedoria até disse isso para todos os deputados que vai passar no trâmite normal. Parabenizo-o, deputado Barros Munhoz, por essa atitude, em passar por todas as comissões e não haver uma questão de atropelamento em relação a todas as decisões, o que os deputados querem colocar de emenda nesse projeto que acho que é de suma importância.

Digo mais uma vez a todos os deputados: vamos realmente fazer desse Orçamento um orçamento digno de nós deputados que estamos aqui hoje legislando. Salmos daqui com respeito nesta Casa e o que está sendo apresentado. Mais uma vez digo aos Srs. Deputados, que a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude tem um orçamento hoje que está diminuindo mais de 20 milhões de reais, indo para 169 milhões de reais.

Isso é um absurdo. É uma vergonha permitirmos que esse orçamento continue assim. O orçamento não é nem mais 0,1 por cento. Antes era 0,1% do valor total do Orçamento. Hoje, não. A arrecadação melhorou, mas a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude está caindo e acho isso um absurdo.

O governador Geraldo Alckmin, que tem uma capacidade e uma administração excelente, fez um Centro Paraolímpico que é referência no mundo, que é referência não só no estado de São Paulo. O estado de São Paulo se tornou pequeno perto da referência que esse Centro Paraolímpico tem criado, mas criou sim referência mundial e no Brasil todo.

Não podemos fazer com que o Esporte pare, que o Esporte acabe. Devíamos dar incentivo, a fazer Bolsa Atleta, a fazer com que novos atletas possam ter o prazer de querer praticar o esporte no nosso estado. Nós sabemos como o Esporte deve ser investido. Deixo aqui um pouco da minha indignação, porque ainda vamos falar muitas outras vezes e gostaria realmente da atenção de todos os deputados que fazem parte desta Casa para que o orçamento de 2018 na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude possa ser mudado.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta deputada na Presidência gostaria de cumprimentar e faço isso com muita alegria na noite de hoje para parabenizar o querido líder do Governo, nosso sempre amado ministro desta Casa, deputado Barros Munhoz. Quero parabenizá-lo pelo aniversário na data de hoje.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Obrigado. Pela liderança do Governo, indico o nobre deputado João Caraméz para encaminhar.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Como vice-líder do PSDB, quero indicar o deputado Celino Cardoso para encaminhar pelo PSDB.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Oportunamente encaminhará.

Antes do deputado João Caraméz fazer uso da tribuna, gostaria de registrar a presença de várias autoridades da cidade de Tambaú, que hoje estão que hoje estão verificando, de perto, este projeto tão importante e coletivo, que é o PL nº 987.

Quero registrar a presença do prefeito dessa cidade Roni Astorfo; do presidente da Câmara Municipal de Tambaú, Dr. Leonardo Teixeira Spiga; do vereador Antônio Celso Martins; do vereador Aparecido Donizetti de Carvalho; do vereador Emerson Fausto Donizetti de Souza; do vereador José Luiz Furtado e das grandes lideranças de Tambaú: Luiz Fernando Vianna Nunes, Luiz Lourenço Nicácio, Maicon Rogério Zampolo de Oliveira, Nelson Benedito Dias, Valter Soares Bezerra, Sérgio Augusto Nunes de Carvalho e do turismólogo Edilson. Todos estão acompanhando o projeto coletivo.

A pedido do deputado Caraméz, gostaria de anunciar a presença do prefeito do município de Altinópolis José Roberto Ferracin Marques; da vice-prefeita Ângela Izabel Caverzan de Oliveira; da primeira-dama desse município, Sra. Silvana Piantino Jacintho Marques; da secretária de Turismo e Cultura Maria Lucília Amaral Meireles; do secretário de Administração e Finanças Eduardo Poyares; da diretora do Departamento de Cultura Maria Nilza dos Santos Paulino, e dos vereadores Elaine Cristina Barbosa e Luiz Carlos da Silva. Peço uma salva de palmas para todas essas autoridades que acompanham, nesta noite, este projeto tão importante. Parabéns a todos. (Palmas.)